

ESQUERDA

ESCREVA-NOS QUEM SOMOS CONTACTOS RSS



ARTIGO / INTERNACIONAL / O FIM DO GOVERNO ITALIANO EXPLICADO POR KARL MARX

O fim do governo italiano explicado por Karl Marx

O governo de unidade nacional dirigido pelo “técnico” Mario Draghi implodiu devido a divisões políticas que o antigo presidente do Banco Central Europeu não conseguiu mais conter. Marcello Musto parte de um artigo de Marx no *New York Tribune* para analisar os governos técnicos, a relação entre economia e política e o caso italiano.

24 de Julho, 2022 - 14:24h



Mario Draghi no parlamento italiano. Foto de FABIO FRUSTACI/EPA/Lusa.

Poucos sabem que, entre os muitos tópicos aos quais dedicou o seu interesse, Marx também lidou com a crítica dos chamados “governos técnicos”. Enquanto autor de artigos para o *New York Tribune*, um dos diários de maior circulação do seu tempo, Marx observou os desenvolvimentos

políticos e institucionais que levaram a um dos primeiros governos

técnicos da história: o governo do Conde de Aberdeen que durou desde dezembro de 1852 a janeiro de 1855.

Os artigos de Marx destacavam-se pela sua perspicácia e sarcasmo. E o *The Times* celebrava os acontecimentos de 1852 como o sinal do início de um tempo “no qual o espírito partidário deve voar da terra, e o génio, a experiência, a capacidade e o patriotismo devem ser as únicas qualificações para o cargo”. O jornal londrino apelava para que “homens de todos os tipos de opinião” apoiassem o novo governo porque “os seus princípios exigem aprovação e apoio universal”. Argumentos semelhantes foram usados em fevereiro de 2021, quando Mario Draghi, antigo presidente do Banco Central Europeu, se tornou primeiro-ministro de Itália.

No artigo de 1853, *A Superannuated Administration: Prospect of the Coalition Ministry*, Marx troçava do ponto de vista do *The Times*. Aquilo que o maior jornal britânico considerava ser tão moderno e cativante era para ele uma mera farsa. Quando o *The Times* anunciou um “ministério composto totalmente por figuras novas, jovens e promissoras”, Marx escreveu que “o mundo certamente não ficará nem um pouco confuso ao saber que a nova era na história da Grã-Bretanha será inaugurada por todos, exceto por octogenários esgotados”. Para além do julgamento acerca dos indivíduos havia outros, de maior interesse, sobre as suas políticas: “prometem-nos o total desaparecimento das lutas partidárias, não, até dos partidos eles próprios”, notava. “Qual o sentido do artigo do *The Times*?” A pergunta infelizmente é atual, num mundo em que o domínio do capital sobre o trabalho se tornou tão feroz quanto era em meados do século XIX. A separação entre economia e política, que diferencia o capitalismo dos modos de produção anteriores, alcançou um pique. A economia não apenas domina a política, marcando a sua agenda e dominando as suas decisões, mas também fica fora da sua jurisdição e controlo democrático – ao ponto em que uma mudança de governo já não muda a direção das políticas económicas e sociais. Estas devem ser imutáveis.

Nos últimos trinta anos, os poderes de decisão passaram da esfera política para a económica. As opções políticas partidárias foram transformadas em imperativos económicos que disfarçam um projeto altamente político e reacionário por detrás de uma máscara de perícia apolítica.

Este desvio de partes da esfera política para a economia, como um domínio separado e impermeável à mudança, constitui a mais grave ameaça à democracia dos nossos tempos. Parlamentos nacionais, já drenados de valor representativo por sistemas eleitorais enviesados e revisões autoritárias da relação entre poder executivo e legislativo, deparam-se com a transferência dos seus poderes para o “mercado”. Os ratings da Standard & Poor's e as cotações de Wall Street – estes mega-fetiches sociedade contemporânea – pesam incomparavelmente mais do que a vontade do povo. Quando muito, o governo político pode “intervir” na economia (por vezes a classe dominante precisa de mitigar a anarquia destruidora do capitalismo e as suas crises violentas) mas não pode questionar as suas regras e escolhas fundamentais.

Um representante proeminente desta política era o antigo primeiro-ministro italiano Draghi, que, durante 17 meses, liderou uma coligação muito ampla que incluía o Partido Democrático, o seu inimigo de há muito Silvio Berlusconi, os populistas do Movimento Cinco Estrelas e a extrema-direita da Liga Norte. Por detrás da fachada do termo “governo técnico” – ou como dizem do “governo dos melhores” ou “governo de todos os talentos” – podemos encontrar uma suspensão da política. Em anos recentes, tem sido argumentado que não devem acontecer novas eleições após uma crise política; a política deve ser entregue ao controlo total da economia. Num artigo de abril de 1853, *Achievements of the Ministry*, Marx escreveu que o governo de coligação (“técnico”) representa a impotência do poder político”. Os governos já não discutem que orientação económica tomar. Agora as orientações económicas fazem nascer governos.

Em anos recentes, na Europa, tem sido repetido o mantra neoliberal de que, para restaurar a “confiança” dos mercados, era necessário implementar rapidamente “reformas estruturais”, uma expressão agora usada como sinónimo de devastação social: por outras palavras, cortes nos salários, ataques aos direitos dos trabalhadores no que toca à contratação e despedimento, aumentos da idade da reforma e privatizações em larga escala. Os novos “governos técnicos”, liderados por indivíduos com formação em algumas das instituições económicas mais responsáveis pela crise económica, seguiram este caminho – alegando fazerem-nos “para o bem do país” e “para o bem-estar das gerações futuras”. Para além disso, o poder económico e os meios da comunicação social dominante têm tentado silenciar quem faça soar uma voz discordante.

A partir de hoje, Draghi já não é primeiro-ministro de Itália. A sua maioria implodiu devido às políticas muito diferentes dos partidos que o apoiavam e o país irá para eleições antecipadas em 25 de setembro. Para a esquerda não desaparecer, deve ter a coragem de propor as políticas radicais necessárias para lidar com os problemas contemporâneos mais urgentes, a começar com a crise ecológica. As últimas pessoas que podem implementar um programa de transformação social e de redistribuição da riqueza são os “técnicos” – na realidade muito políticos – como o banqueiro Mario Draghi. Não sentiremos a sua falta.

Marcello Musto é doutorado em Filosofia pela Universidade de Nápoles e pela Universidade de Nice e professor no Departamento de Sociologia da Universidade de York. Especialista no pensamento de Karl Marx, organizou e escreveu vários livros sobre este autor e também sobre a Iª Internacional. Em português tem publicados Os últimos anos de Marx – uma biografia intelectual e Trabalhadores, uni-vos! – Antologia política da 1ª Internacional.

Traduzido por Carlos Carujo para o Esquerda.net.